

VIII

Seminário Internacional

políticas culturais

23 a 26 de maio de 2017 - Rio de Janeiro

Anais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Seminário Internacional Políticas Culturais (8. : 2017 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 23 a 26 de maio de 2017, Rio de Janeiro / Organizadores, Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

1 ebook (1.224 p.).

Modo de acesso: World WideWeb: <URL>

ISBN 978-85-7004-356-6

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Viana, Marcelo, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
2017

Fundação  Casa de Rui Barbosa

POLÍTICA CULTURAL E TERRITÓRIO: POTÊNCIA E INIBIÇÃO DAS SOCIABILIDADES

*Luiz Augusto Fernandes Rodrigues¹
Marcelo Silveira Correia²*

RESUMO: A pesquisa em andamento vem buscando tensionar a questão do território e como o mesmo vem sendo incorporado (ou não) em ações e políticas no campo cultural. Objetiva-se, também, perspectivas sob lógicas invertidas: como a questão cultural vem sendo (ou não) tratada em ações políticas no campo do planejamento urbano. O território é aqui abordado muito mais por suas potencialidades de sociabilidade do que por sua carga imagética ou por sua atratividade turística. Busca-se, assim, contribuir com esse duplo campo de estudos e ações políticas. Temos identificado que ao invés da valorização dos territórios por suas práticas singulares, os espaços vêm sendo valorizados por atributos estéticos. Ao invés de se pensar a cidade como um bem comum a ser compartilhado, assistimos a um crescente processo de empresariamento, venda e especulação da cidade. Ao invés do fomento das sociabilidades, o que se vê é a produção de meros lugares de passagem e forte atratividade imagética, com fraca potencialidade ao encontro e apropriação efetiva do território.

PALAVRAS-CHAVE: política cultural, território, cultura e diferença, lugar e sociabilidade

1 Doutor em História pela UFF. Professor Titular do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense, atuando junto ao bacharelado em Produção Cultural e ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. Contato: luizaugustorodrigues@id.uff.br

2 Mestrando em Cultura e Territorialidades pela UFF. Professor licenciado em Letras/Português-Literaturas pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: marcelonetcorreia@hotmail.com



A IMPORTÂNCIA DE TERRITÓRIO NAS POLÍTICAS DE CULTURA

A questão do território tem sido tratada de forma no mínimo redutora (para não dizer equivocada) nas políticas públicas de cultura no Brasil. É comum ver a questão do território incorporada nas políticas culturais sob duas lógicas: 1. Descentralização de equipamentos culturais; 2. Atratividade turística a partir de equipamentos culturais com forte potencial midiático. Nada mais redutor!

A questão da descentralização de equipamentos é importante e uma questão que afeta, ousamos dizer, a expressiva maioria das cidades brasileiras que costumam ter seus equipamentos de cultura nas áreas centrais ou no máximo nos bairros mais elitizados. Áreas mais periféricas (incluindo-se aí distritos mais distantes da sede) não dispõem, na maioria dos casos, de nenhum equipamento formal de cultura. A guisa de exemplos, podemos elencar a toda a região oceânica de Niterói (RJ), diversos bairros das zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro e por aí segue.

A questão turística vem se confundindo com a questão cultural, como se os valores da cultura de um local fossem basicamente aqueles com capacidade de atrair fluxos de pessoas (e de capitais financeiros). David Harvey (2005, p. 232 ss) aponta que as singularidades “sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas”, enfatizando que determinadas particularidades operam rendimentos financeiros expressivos sobre o território, entre os quais os turísticos, calcados em capitais simbólicos (BOURDIEU, 1989) de distinção coletiva: “a indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura de grife e o cultivo de juízos estéticos distintivos se tornaram poderosos elementos constitutivos da política de empreendedorismo urbano [...]” (HARVEY, 2005, p. 235).

Exemplos emblemáticos incluem zonas portuárias “revitalizadas” de muitas de nossas cidades (o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, como ícone), mas não só. A (tentativa) de consolidação da cidade-grife Niemeyer³ em Niterói atende muito bem como exemplificação de produção de espaços a partir da cultura com pouco diálogo com os grupos populacionais locais e assentados nesta economia de “renda monopolista”⁴. O Museu de Arte Contemporânea (projeto de Niemeyer de 1993) precisou alavancar projetos educacionais (o que é sempre muito bom) para começar a alterar suas estatísticas de visitação quase que 100% de turistas; o Caminho Niemeyer (na área central da cidade, reunindo conjunto de diversas obras do renomado arquiteto – algumas ainda apenas “no papel” – entre elas um Teatro Popular) é imbuído de algo similar e ainda pior: os poucos niteroienses que já ouviram falar e se sentem atraídos nem sempre são usuários desejados. Explicamos: o Caminho Niemeyer é integrado por grande área pavimentada em plaqueados de cimento liso, muito propícia a atividades de skate e patins. Pois bem, os jovens são reiteradamente inibidos em tais práticas, ou mesmo sua permanência é restringida por “gerarem usos indevidos” (!!)⁵

Propusemos recentemente para um congresso em Buenos Aires⁶ duas terminologias para diferenciar as ações/atividades/eventos desenvolvidos nos espaços de nossas cidades por agendas de políticas públicas

3 Para maiores aprofundamentos sobre este tema específico, ver RODRIGUES (2015a, 2015b).

4 A cidade de Niterói é divulgada como sendo a segunda cidade com maior número de obras do arquiteto Niemeyer em todo o mundo, perdendo apenas para a capital brasileira – Brasília.

5 Um maior detalhamento e complexidade de estudos sobre o Caminho Niemeyer estão em fase de finalização nos estudos de mestrado de Beatriz Terra Freitas junto ao PPCULT-UFF/Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades.

6 Palestra intitulada “Escalas locais na gestão cultural e nas políticas urbanas e culturais”, de nossa autoria, a ser apresentada em junho de 2017 no IDEAS/Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad Nacional de San Martín, a ser oportunamente publicada.



locais: *espacialização* de ações culturais quando regida pela lógica da democratização cultural, levando ações externas aos grupos locais; *territorialização* de ações culturais quando se propõe incorporar a produção cultural dos próprios grupos.

Entendemos que esta deva ser a lógica norteadora das políticas culturais⁷ e demais políticas públicas: incorporar as práticas locais, fomentar as sociabilidades a partir da cultura, produzir espaços com foco múltiplo e incorporação das diferenças, potencializar a dimensão instituinte e estruturante da cultura etc.; mas estamos muito longe disso...

Somamos, aqui, reflexões que reforçam e explicitam nosso intuito.

Soja (1993, p. 220) reafirma a produção estatal hegemônica que modela as cidades contemporâneas: “mais do que nunca, as relações sociais e espaciais que organizavam a produção e a reprodução, bem como os conflitos e lutas decorrentes dessas relações, passaram a ser canalizados, absorvidos e administrados pelo Estado.”

Thomas Tadeu Silva (2000, p. 73-102), por sua vez, discute as noções de identidade e de diferença, estas em mútua relação, apontando o caráter binário que costuma nortear tais oposições e os impactos perversos destes binarismos: “a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença.”

A arquiteta e urbanista iraniana Faranak Miraftab (2004; 2016) propõe duas terminologias para designar os *espaços convidados*, aqueles sob controle e produção por parte do estado e grupos hegemônicos; *espaços inventados*, aqueles produzidos pela informalidade dos grupos sociais que se apropriam dos espaços, mas que são muitas das vezes “criminalizados” – tal como apresentamos nas argumentações sobre como os jovens skatistas são considerados em suas ocupações do Caminho Niemeyer.

Miraftab (2004, p. 1) assim define: “ ‘Invited’ spaces are defined as the ones occupied by those grassroots and their allied non-governmental organizations that are legitimized by donors and government interventions. ‘Invented’ spaces are those, also occupied by the grassroots and claimed by their collective action, but directly confronting the authorities and the status quo.”⁸

Em publicação mais recente, a autora reforça sua proposição sobre a insurgência dos espaços inventados:

O planejamento insurgente avança essa tradição ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados. [...] Os dois tipos de espaços que discuto encontram-se em uma relação dialética e de interação mutuamente constituída, não em uma relação binária. Evidências concretas mostram que as práticas dos movimentos sociais, que almejam alcançar mais do que as necessidades individuais, que é a meta da inclusão liberal, frequentemente tem de se mover através e entre aqueles espaços de acordo com as necessidades específicas da luta. Mas instituições de poder, tais como a mídia dominante, o Estado, organizações internacionais de ajuda, configuram esses espaços convidados e inventados em uma relação binária, e tendem a criminalizar os últimos, designando apenas os primeiros como espaços “apropriados” para as vozes e participação dos cidadãos. (MIRAFTAB, 2016, p. 368-369)

7 Seguiremos a proposição de Alexandre Barbalho (2016) que difere *política cultural* (pública) de *política de cultura*, esta última agenciada pelos sujeitos sociais.

8 Espaços ‘Convidados’ são definidos como aqueles ocupados por grupos sociais e suas organizações não-governamentais aliadas que são legitimadas pelo governo. Espaços ‘Inventados’ são aqueles, também ocupados por bases sociais e suas ações coletivas, mas que confrontam diretamente as autoridades e o *status quo*. [tradução livre]



O DIREITO À CIDADE E A APOLOGIA À DERIVA

Tomamos aqui, na literalidade, a discussão de Henri Lefebvre (2001) sobre a produção social do espaço e sua defesa de que os direitos à cidade rumam na contramão das propostas modernistas, que sob sua lógica tecnicista/progressista não propicia a construção de espaços propícios às relações mais diretas e “desinteressadas”. Ousamos apontar que, se o ideal moderno pressupunha algo diverso disso, tal projeto foi quase totalmente falacioso. O que acontece no Caminho Niemeyer é exemplar sobre o tema... De fato, parece que vivemos uma “onda” neomoderna! Jane Jacobs, jornalista estadunidense, em sua crítica ao urbanismo modernista já nos alertava em 1960: “Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados”. (JACOBS, 2000, p. 158). Não há como não relacionar estas reflexões com a insistente consolidação de um espaço de vocação cultural-turística única, como o que se pretende para o Caminho Niemeyer.

Michel de Certeau introduziu, na década de 1990, as designações *estratégias* e *táticas* para pensarmos algumas das maneiras como os sujeitos sociais “praticam” os espaços e suas *táticas* para se apropriarem dos territórios, e como instituições e governos traçam *estratégias* que tendem a produzir formas uniformizantes que tendem a inibir a efetiva apropriação subjetiva dos lugares. Escreve o autor: “Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. [...] Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro.” (CERTEAU, 2014, p. 46)

É nessa possibilidade de *praticar* o lugar, de travar relações plenas e singulares que território e sujeito se interpelam e impactam. É nessa vivência que os corpos grafam o espaço e vice-versa. Paola Jacques (2003; 2005; 2007) retoma os situacionistas para traçar sua apologia da errância, para destacar o que denomina de *corpografia*. Nas palavras da autora, “A Internacional Situacionista (IS) – grupo de artistas, pensadores e ativistas – lutava contra o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade.” (IS; JACQUES, 2003, p. 13)

Por último (mas não por fim), trazemos o geógrafo baiano Milton Santos e sua concepção de tempo lento e de espaço opaco. Santos (2014) chama de experiência lenta certa forma de existência que permite que espaço e tempo sejam adensados em sua possibilidade de experiência mais efetiva, se afastando de vida e espacialidade marcadas pela espetacularização (que o autor chama de espaços luminosos). Santos (2012) vai, também, chamar atenção para o fato de estar vivendo uma espécie de “cidadania atrofiada” provocada pelo foco cada vez mais intenso nas relações econômicas neoliberais. E segue o autor a nos alertar sobre a necessidade de se fazer “a crítica do consumismo e o reaprendizado da cidadania” (2012, p. 153), segundo o autor (e no que com ele concordamos) não alcançáveis separadamente.

Temos tentado observar⁹ como as relações entre cultura e território vem sendo tratadas (ou não) em diferentes ações, tanto de cunho governamental como não. Vejamos.

9 Cumprir destacar que os autores têm tido objetos e casos de estudo de observação diferenciados, porém que comungam de questões bem próximas. Rodrigues vem estudando espaços públicos marcados por forte atratividade turística e fraca apropriação, em especial os espaços resultantes dos entornos das obras de Oscar Niemeyer em Niterói. Correia vem pesquisando a apropriação de praças e espaços públicos por batalhas de rima, observando a potência destes lugares a partir da experiência dos jovens envolvidos. São, ambos, projetos em desenvolvimento continuado e que são atravessados também por outras questões. Em comum, os autores desenvolveram ações de dinamização para construção de planos municipais de cultura em municípios do RJ, em cuja metodologia a territorialidade era ponto focal.



TRAZENDO A TONA EXEMPLOS PARA NOSSAS REFLEXÕES

1. Atratividade turística e ausência de uso cotidiano

Pegaremos, inicialmente, o exemplo do Caminho Niemeyer, na cidade de Niterói, RJ. Desde 1993, e ainda incompleto, a cidade vem buscando se configurar com a que reúne o segundo maior conjunto de obras deste arquiteto brasileiro de renome internacional (apenas a capital brasileira projetada no final da década de 1950 – Brasília – reúne mais obras de Niemeyer). O foco principal deste projeto urbano tem sido a atratividade turística, com baixíssimas oportunidades de apropriação espacial plena por parte dos moradores da cidade. Conforme relato de pesquisa apresentado em congresso em El Salvador e publicado em revista brasileira:

La investigación enfocan el Camino Niemeyer, en Niterói, viéndolo como una expresión cultural que debe ser entendida en su triple dimensión: 1. dimensión estética (o simbólica): la figura del arquitecto Oscar Niemeyer representando, como hemos visto, la construcción de identidad artística para el país; 2. dimensión ética (o ciudadana): el Camino Niemeyer en cuanto espacio público podría configurarse como un importante locus de interacciones sociales, aunque – conforme ya hemos apuntado - este espacio urbano ofrece condiciones de sociabilidad débil, dialogando con conceptos como el de nologar y de empresariamiento urbano a través de los GPDUs (Grandes Proyectos de Desarrollo Urbano); dimensión económica: la investigación esta averiguando datos sobre la dinámica inmobiliaria de Niterói, buscando percibir el impacto en los barrios que cuentan con obras de este arquitecto. En oposición, al atractivo turístico y simbólico del Camino Niemeyer podría representar para la ciudad y sus practicantes (en la concepción de Michel de Certeau (2008) posibilidades de mayor vitalización y cualificación de sus entornos urbanos; lo que no parece suceder. Creo que el mayor desafío es conseguir mantener/fomentar/activar las dimensiones estética y ética, por mucho que la sociedad contemporánea busque reforzar a la dimensión económica. (RODRIGUES, 2015, p. 32)



Niterói, RJ: Edificações projetadas por Oscar Niemeyer.
 Fonte: Montagem desenvolvida pelo projeto de pesquisa.



Parte do Caminho Niemeyer onde se pode ver o piso em plaqueado de cimentado o qual os skatistas buscam utilizar e são reiteradamente coibidos.

Fonte: Acervo da pesquisa

2. Territorialização vs. Espacialização de ações culturais

Propomos aqui a utilização de dois termos que possam expressar o tratamento diverso dado, sobretudo, pelas políticas públicas de cultura ao planejar suas ações e eventos.

É comum encontrarmos referências à necessidade de descentralizar as ações e políticas municipais, entendendo com isso que os diversos bairros e distritos de um município devem ser beneficiados. Observa-se a demanda pela descentralização dos equipamentos culturais, sobretudo pelas áreas menos centrais e/ou favorecidas. Também tem sido mais recorrente as ofertas mais descentralizadas de eventos em algumas cidades. Niterói, RJ novamente nos serve como boa ilustração; pode ser constatada em várias conferências de cultura a indicação de metas nessa direção, ou seja apontando a descentralização de equipamentos para a cultura.

Em contraposição, ações como as do Ponto de Cultura Niterói Oceânico (o qual tivemos a oportunidade de coordenar de 2006 a 2012) buscaram aproveitar equipamento cultural já existente, porém para ações que apresentassem interfaces mais diretas com algumas produções dos próprios jovens da localidade. Como exemplo, apontamos o vídeo produzido pelos jovens da oficina de produção digital que fizeram registro autoral sobre a comunidade pesqueira tradicional remanescente no bairro de Itaipu



Capa de vídeo produzido pelos alunos da oficina de *Produção de vídeo digital* do Ponto de Cultura Niterói Oceânico sobre Comunidade tradicional dos pescadores de Itaipu (Niterói, RJ)
 Fonte: Acervo do projeto

A este segundo exemplo propomos nomear de *territorialização* de ações culturais que reforçam os elos entre território e culturas locais. Por outro lado, ações como as descritas inicialmente que buscam apenas descentralizar equipamentos e/ou eventos culturais externos chamaremos de *espacialização* de ações culturais (sendo entendido pela oferta de atividades ou mesmo de equipamentos sem que os vínculos locais sejam reconhecidos, valorizados, e/ou inseridos nas realizações e no cotidiano das manifestações).

3. O território como ação estruturante nos planos públicos de cultura

O Brasil vem implementando ações no campo da cultura que se pretendem de cunho mais sistêmico e estruturante. Uma delas é o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e os sistemas estaduais e municipais que se articulam ao SNC.

O SNC se estrutura em várias ações e programas, dos quais destacamos a implantação de Conselhos e das Conferências de Cultura, a formulação de Planos de Cultura (que deve ser pensado em conjunto com a sociedade civil, a partir dos conselhos e das conferências), e a implementação de Fundos de cultura, sistema público de financiamento da cultura, necessário para a efetivação das metas dos planos e fortalecimento das ações locais.

Tivemos a oportunidade de participar bem diretamente de ação de âmbito estadual que buscou auxiliar alguns municípios do estado do Rio de Janeiro (RJ) na implantação de seus sistemas municipais, em especial na elaboração e implantação do plano municipal de cultura. A formulação desta possível metodologia partiu da experiência junto ao bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, e foi formalizada através de parceria entre o Laboratório de Ações Culturais (LABAC-UFF) e a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) para ação junto a 34 municípios do Rio de Janeiro através da ação Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC) – Edição 2015.



A metodologia proposta para esta ação se encontra detalhada em Rodrigues e Correia (2015), da qual destacaremos aqui alguns resultados preliminares que pudemos observar.

No município de Angra dos Reis ficou flagrante o interesse do envolvimento dos residentes de Ilha Grande para o levantamento de demandas específicas daquele território, estimulando, assim, a realização de conferência que desse conta de uma política pública que incluísse as necessidades culturais daquela localidade.

Outro ponto a se destacar foi a preocupação com a requalificação de espaços urbanos coletivos (praças públicas, quadras poliesportivas, teatros de arena etc.), questão que surgiu como meta nos planos de cultura de muitos municípios.

4. Rodas de rima e produção do território

A arquiteta e urbanista iraniana Faranak Miraftab propõe duas categorias para pensarmos a produção de espaços nas cidades, *espaços convidados* e *espaços inventados*:

O planejamento insurgente avança essa tradição ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados. [...] Os dois tipos de espaços que discuto encontram-se em uma relação dialética e de interação mutuamente constituída, não em uma relação binária. Evidências concretas mostram que as práticas dos movimentos sociais, que almejam alcançar mais do que as necessidades individuais, que é a meta da inclusão liberal, frequentemente tem de se mover através e entre aqueles espaços de acordo com as necessidades específicas da luta. Mas instituições de poder, tais como a mídia dominante, o Estado, organizações internacionais de ajuda, configuram esses espaços convidados e inventados em uma relação binária, e tendem a criminalizar os últimos, designando apenas os primeiros como espaços “apropriados” para as vozes e participação dos cidadãos. (MIRAFTAB, 2016, p. 368-369)

A discussão da autora nos é útil ao pensarmos a realização das rodas culturais em diversas cidades. As rodas vêm requalificando praças e aglutinando jovens ao redor das disputas de rimas, mas são mal vistas e constantemente abordadas por patrulhas policiais, ou mesmo rejeitadas por comerciantes próximos com argumentos preconceituosos, como vimos acontecer em Itaipuaçu, no município de Maricá, RJ. Estes eventos culturais têm sido palco de efetivas apropriações de espaços urbanos coletivos muitas vezes regelados pelos poderes públicos e sem qualquer uso, mas – como aponta Miraftab – são *espaços inventados* “afetados” por ideais de criminalização.





Batalha de Rima (ou Roda Cultural, ou Roda de Rimas) em Itaipuaçu (Maricá, RJ)
Fonte: Acervo Facebook do grupo

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Buscamos salientar diferentes impasses que estão (reiteradamente) presentes na gestão cultural contemporânea do espaço urbano.

Retomamos aqui a tríplice dimensão da cultura que passou a ser destacada nas políticas públicas de cultura no Brasil a partir de 2003 com a gestão do então Ministro da Cultura Gilberto Gil: dimensão simbólica, dimensão econômica e dimensão cidadã. Para associar estas três dimensões com a questão urbana, apontamos algumas potências dos espaços, como: as identidades dos territórios; as economias urbanas; as sociabilidades.

No entanto, temos presenciado (e podemos dizer que mundialmente, e não somente no Brasil) gestões contemporâneas marcadas falaciosamente pelas antíteses destas tríplices dimensões. Ao invés da valorização dos territórios com suas subjetividades e narrativas próprias e singulares, os espaços vêm sendo valorizados por atributos estéticos, como vimos acontecer com os espaços com projetos de Oscar Niemeyer na cidade de Niterói. Ao invés de se pensar a cidade como um bem comum a ser compartilhado, assistimos a um crescente processo de empresariamento urbano e de venda e especulação da cidade. Ao invés do fomento das sociabilidades, o que se vê é a produção de não-lugares, que – como argumenta Marc Augé (2012) – são marcados pela impessoalidade, pela ausência de vivência e elos identitários, tornando-se meros lugares de passagem, com fraca potencialidade às corpografias e errâncias que apontamos e defendemos neste trabalho.

Propusemos inicialmente que o binóculo que vem usado para “ver” a cultura e o território tem estado invertido, e que precisamos ajustá-lo...



Apostamos que as “lentes” das culturas e dos territórios sejam “ajustadas” acreditando tratar-se da possibilidade de se gerar deslocamentos nas visões de mundo; seja pelo caráter instituinte que conforma as expressões das culturas, seja pela potência das sociabilidades travadas nos territórios. Neste sentido, o cultural e o social não estão dados, ou ao menos não estão dados por completo. É de nossas interações com os universos da cultura que criamos novas possibilidades de estar no mundo. Bem, assim se espera. Acontece que as realidades estão muito marcadas por visões imediatistas e tecnicistas que em muito subtraem essa potência da cultura que defendemos. Como conjugar as necessárias racionalidades sem perder as premissas mais subjetivas e *irracionais* que também nos modelam, é um desafio que precisa ser enfrentado, e para o qual precisamos encontrar solo fértil...



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BARBALHO, Alexandre. *Política cultural e desentendimento*. Salvador: IBDCult, 2016.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v. 1, originalmente editada em 1985)
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite : território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IS ; JACQUES, Paola B. (org.). *Apologia da deriva : escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. *Cadernos PPG-AU/FAU UFBA*. Ano 5, número especial, Salvador, 2007. p. 93-103.
- JACQUES, Paola. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. *Arquitexto*, n. 7, 2005. p. 16-25. Disponível em https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf. Acesso em 20/01/2017
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.18, n.3, set.-dez. 2016. p. 363-377. Disponível em <file:///C:/Users/GRUPO/Downloads/5499-12844-1-PB-Farank%20Miraftab-texto.pdf>. Acesso em 17/01/2017.
- MIRAFTAB, Faranak. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and feminists' Expanded Notion of Politics. *Wagadu*, v. 1, spring 2004. p. 1-7. Disponível em <http://www.rrojasdatabank.info/neolibstate/miraftab.pdf>. Acesso em 21/01/2017.
- RODRIGUES, Luiz Augusto F. Cultura, território e economia – estudos do Caminho Niemeyer em Niterói/RJ. In: CASTRO, F. L.; TELLES, M. P. (coords.) *Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 113-160. Disponível também em versão digital em http://culturaviva.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Dimens%C3%B5es-econ%C3%B4micas-da-cultura_10_12_15.pdf. Acesso em 19/01/2017.
- RODRIGUES, Luiz Augusto F. Identidad cultural y desarrollo urbano: ¿proyectos engañosos?. *Pragmatizes – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, RJ, Ano 5, número 9, abr/2015 a set/ 2015. p. 25-36. Disponível em <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/98/115>. Acesso em 19/01/2017.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EdUSP. 2012.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EdUSP, 2014.
- SILVA, Thomas Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.) *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

